

# **Bancos Comunitários e Moedas Sociais: Uma reflexão da INCUBES/UFPB enquanto Tecnologias Sociais para o Desenvolvimento Territorial**

GT 07: Desarrollo Territorial y Local: desigualdades y descentralización

Autores(as):

Raoni Fernandes Azerêdo ([raoni\\_jpa@hotmail.com](mailto:raoni_jpa@hotmail.com)) - Mestrando em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe- UNESP-SP e Participa da INCUBES-UFPB

Ana Flavia Lima – Graduanda em Gestão Pública-UFPB e extensionista da INCUBES-UFPB

Prof.Dr. Maurício Sardá de Faria (Orientador) – Professor de Gestão Pública-UFPB e coordenador da INCUBES-UFPB

## **Resumo**

A presente comunicação aborda as ações de incubação territorial que a Incubadora de Empreendimentos Solidários- INCUBES/UFPB vem realizando na comunidade São Rafael, situada no município de João Pessoa-Paraíba. A discussão proposta tem como base desenvolver ações de animação territorial com a construção de redes de empreendimentos, articulação de políticas públicas, e estímulo à implantação de processos de finanças solidárias, através de Bancos Comunitários e Moedas Sociais. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento representam, nessa estratégia, o eixo catalisador das ações no território, fazendo convergir grupos e instituições em torno do empreendimento comunitário. Ao que tudo indica, trata-se de uma realização efetiva de outra economia, possível mediante a construção de circuitos econômicos que estimulam, reorganizam e redesenham as relações econômicas locais para promoção do desenvolvimento endógeno.

**Palavras-chave:** Bancos comunitários, Moedas Sociais, Incubação, Desenvolvimento Territorial

## **Introdução**

Na última década, inúmeras experiências no campo das finanças solidárias projetaram-se como mecanismos de desenvolvimento local em comunidades que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano. No meio urbano, desenvolveram-se os chamados Bancos Comunitários como instrumentos de apoio às economias populares, especialmente para o apoio e fomento a empreendimentos econômicos solidários <sup>(1)</sup>. Geralmente, o mesmo movimento de organização social que dá origem ao Banco Comunitário institui uma nova Moeda Social, enquanto meio circulante gerido de forma coletiva por uma instituição da comunidade e referenciada nos seus próprios limites territoriais. No meio rural, foram disseminadas as iniciativas de constituição de Fundos Rotativos Solidários, enquanto mecanismo de apoio e fomento a iniciativas produtivas baseadas na confiança e na solidariedade prática entre os grupos produtivos, cooperativas, associações de produtores etc.

Essas experiências de finanças solidárias vêm sendo desenvolvidas no campo mais amplo denominado de Economia Solidária, enquanto conjunto de iniciativas de produção de bens, prestação de serviços, práticas de comercialização e de consumo baseadas na autogestão, na cooperação, na propriedade coletiva dos meios de produção e na solidariedade. As práticas de economia solidária e suas manifestações teóricas ganharam projeção e espaço social nas últimas décadas enquanto formas alternativas de produção e reprodução dos meios de vida adotadas por trabalhadores e trabalhadoras em situação de desemprego, comunidades urbanas, rurais e tradicionais que buscam formas endógenas de

desenvolvimento e movimentos sociais que realizam atividades econômicas e de geração de trabalho e renda.

No caso específico das finanças solidárias, a grande expoente no Brasil é a experiência do Banco Palmas, realizada no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE. Essa experiência combina banco comunitário com moeda social (Palmas), organização comunitária e apoio à iniciativas de geração de trabalho e renda na comunidade. A partir dessa experiência, da metodologia construída nessa comunidade, deu-se início à construção da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, formada por 103 Bancos Comunitários no Brasil.<sup>(1)</sup>

Trata-se, de forma geral, de práticas de finanças solidárias de apoio e fomento às atividades econômicas de um determinado território, que se estruturam a partir das dinâmicas associativas locais, apoiados em ferramentas que visam promover a geração e ampliação de renda a partir das iniciativas das próprias comunidades. Essas ferramentas podem ser agrupadas em quatro eixos de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e formação social e profissional em economia solidária. De acordo com França Filho e Silva Junior (2009), “seu maior objetivo e compromisso são a construção de redes locais de economia solidária mediante a articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais.”

## **2 - A INCUBES: a Extensão como “Trabalho”**

A Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES, foi constituída em 2001 a partir de um GT de estudos sobre as relações do trabalho, como um Programa de Extensão da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários - PRAC/UFPB. No início, teve o apoio institucional da Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários – UNITRABALHO, através de financiamento PRONINC/FINEP/SENAES/MTE. Atualmente, participa das duas Redes de Incubadoras, dialogando e construindo a sua metodologia própria de incubação a partir da realidade dos empreendimentos e movimentos sociais participantes.

Como nos ensina o Prof. José Francisco de Melo Neto (2004), a extensão tem a missão de fazer a universidade sair dos seus muros, permitindo a seus participantes a elaboração de problemas existentes a partir da discussão da realidade vivenciada. Desta forma, além de possibilitar explicações teóricas, é capaz de dar respostas às necessidades da sociedade. Deste modo, a extensão possibilita a busca de novos objetos para a pesquisa e para a construção de conhecimentos, cujo objetivo é precisamente o de pôr em mútua correlação o ensino e a pesquisa.

A extensão, nesse caso, é considerada um “trabalho social útil”, voltado para a produção de valores de uso, que possui uma intencionalidade precisa, na medida em que se expressa sobre a realidade objetiva e seu produto retorna aos produtores, possibilitando de alguma maneira a superação da dicotomia teoria e prática. Voltada para as classes subalternas, a extensão realizada pela Incubes busca a construção de outra hegemonia, através da maior participação dos setores populares nos seus próprios destinos e de suas comunidades. Trata, portanto de uma ação extensionista “não-alientante”, compreendida por Melo Neto da seguinte maneira:

Extensão, como trabalho social útil com intencionalidade de conectar o ensino e a pesquisa, passa a ser agora exercida pela universidade e por membros de uma comunidade sobre a realidade objetiva. Um trabalho cooperativo que traz consigo as tensões de seus próprios componentes em ação e da própria realidade objetiva. Um

---

<sup>1</sup> - Ver, a esse respeito, COSTA, Adriano Borges. Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento comunitário. In.: **Novos Paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras** / Organizadores Leandro Moraes e Adriano Borges – São Paulo: Instituto Pólis, 2010. pp. 249-341. No siteo do Banco Palmas encontra-se referência aos bancos comunitários da Rede. <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/9963>

trabalho onde se buscam objetos de pesquisa para a construção do conhecimento novo ou reformulações das verdades existentes. Esses objetos pesquisados serão os constituintes de outra dimensão da universidade: o ensino. É também um trabalho de busca de objeto de pesquisa. A extensão configura-se e concretiza-se como trabalho social útil, imbuído da intencionalidade de pôr em mútua correlação o ensino e a pesquisa. Portanto, é social na medida em que não será uma tarefa individual; é útil, considerando que esse trabalho deverá expressar algum interesse e atender a uma necessidade humana. É, sobretudo, um trabalho que tem na sua origem a intenção de promover o relacionamento entre ensino e pesquisa. Nisto, e fundamentalmente nisto, diferencia-se das dimensões outras da universidade, tratadas separadamente: o ensino e a pesquisa. (MELO NETO, 2004: 83)

Nessa perspectiva de extensão universitária, o trabalho de incubação de empreendimentos solidários coloca desafios novos em múltiplas áreas que continuam fragmentadas no interior das universidades. Em primeiro lugar, há o desafio pedagógico de fazer com que o relacionamento social com as comunidades participantes dos processos de incubação seja efetivo e permita a construção de novos saberes com e a partir do conhecimento já existentes entre os trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos. Existe igualmente o desafio político, de se evitar que o trabalho de incubação crie novas relações de dependência que dificultariam a conquista da autonomia nos processos econômicos e emancipação social dos sujeitos. Outro desafio é o técnico, vinculado à necessidade de desenvolvimento de novos processos gerenciais e de fabricação adequados às necessidades dos empreendimentos, de forma que eles possam controlar os meios técnicos e orientá-los de acordo com seus interesses. Por isso a incubação de empreendimentos solidários não pode resultar em um trabalho alienante para os atores envolvidos no processo, sejam da universidade ou da sociedade.

Ao refletir sobre o trabalho desenvolvido pelas incubadoras de empreendimentos solidários, Genauto França Filho o diferencia relativamente às incubadoras tradicionais de empresas. As incubadoras da economia solidária estão direcionadas

geralmente a um público de baixa renda, que se organiza, na maior parte dos casos, em pequenas cooperativas. Em segundo lugar, nesse processo, normalmente não incidem taxas sobre os empreendimentos incubados, deixando elas de ser um componente importante dos subsídios. Em terceiro lugar, as instalações das incubadoras não abrigam as iniciativas incubadas, à exceção de alguns casos de incubadoras públicas. Uma quarta diferença, muito próxima à primeira e de fundamental importância, reside justamente no foco devido ao qual a incubação em economia solidária diz respeito sobretudo a empreendimentos solidários, preferencialmente no formato de cooperativas, incitando a constituição de processos de autogestão nos empreendimentos criados.”(FRANÇA FILHO, 2009: p.727-8)

O trabalho de incubação de empreendimentos parte da categoria empreendimentos econômicos solidários, mas no seu fazer-se enquanto processo de desenvolvimento avança para outras esferas e passa a buscar a constituição de redes e cadeias produtivas solidárias, bem como a necessária articulação de políticas públicas de apoio aos processos de desenvolvimento local e comunitário.

E, enquanto instituição cuja natureza é a produção e disseminação de conhecimentos, as incubadoras tecnológicas devem articular a incubação com processos de ensino e pesquisa, nesse caso

especialmente através do desenvolvimento de tecnologias sociais e metodologias efetivas de geração de trabalho e renda.

Em 2011, a INCUBES passou por um amplo processo de reformulação. A partir da eleição de uma nova Coordenação para a Incubadora (abril de 2011), foi-se recompondo a Equipe da Incubes, bem como a discussão interna sobre a sua estratégia e condições de operação. A avaliação era a de que a incubação de empreendimentos isolados, embora importantes para a experimentação de metodologias de apoio a processos de geração de trabalho e renda, era em si insuficiente para permitir a emancipação econômica e social dessas comunidades, sendo portanto ineficaz na estratégia de conferir autonomia e viabilidade econômica aos empreendimentos.

Sendo assim, a INCUBES passou a buscar a articulação dos empreendimentos através da constituição em Redes de Colaboração Entre os Empreendimentos, inserindo nesse processo a discussão sobre a constituição de Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Moedas Sociais. Essa nova estratégia territorial vem sendo implementada, de maneira experimental e reflexiva, com sistematização e avaliação das práticas. Em linhas gerais, a estratégia perseguida pela Incubes articula os seguintes eixos:

- Incubação Territorial, com o instrumento dos Bancos Comunitários e Moedas Sociais;
- Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários, com a perspectiva de articulação em rede e conformação de cadeias produtivas;
- Pesquisa, Educação, formação e qualificação social e profissional em economia solidária;
- Articulação de políticas públicas no plano territorial;
- Articulação com os movimentos sociais;
- Participação e animação de redes de incubadoras na Paraíba, no Nordeste e no Brasil.

A Incubes vem se debruçando ultimamente sobre o tema das finanças solidárias, tratando-se, de forma geral, de práticas de apoio e fomento às atividades econômicas de um determinado território, que se estruturam a partir das dinâmicas associativas locais (articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais), apoiados em ferramentas que visam promover a geração e ampliação de renda a partir das iniciativas das próprias comunidades, tornando-se um imenso processo de experimentação e autoeducação sobre os caminhos possíveis para seu desenvolvimento. Portanto as finanças solidárias são consideradas tecnologias sociais, uma vez que, pela definição corrente, são reaplicáveis e desenvolvidas na interação com a comunidade, representando efetivas soluções de transformação social.<sup>(ii)</sup>

### **3. A Comunidade São Rafael e os embriões de economia solidária**

A comunidade São Rafael, situada a leste de João Pessoa, possui cerca de 3.000 habitantes, registrando altos índices de vulnerabilidade social e conseqüentemente a privação de bens e serviços modernos, o que Singer (2007) classifica de padronização cultural avassaladora “que são estratégias essenciais para viabilizar a saúde, viajar, ter acesso à alfabetização digital, a formações veiculadas a mídia, a filmes, livros, revistas, educação e assim por diante”. Para o autor é discutível se esta padronização é ou não é desejável, porém não restam dúvidas que para esta população marginalizada em geral o desejo de melhoria de renda e usufruir de bens e serviços modernos é perceptível.

Desde 2006, a comunidade São Rafael iniciou experiências embrionárias de Economia Solidária, almejando o desenvolvimento prático e político de alguns jovens para a geração de trabalho e renda a partir do trabalho associativo, dando início a um empreendimento econômico solidário (EES) a Padaria Comunitária. Constata-se que estas iniciativas surgem em meio a dificuldade dos jovens em acessarem o emprego formal, e o crescimento de desempregados sem perspectivas de assalariamento, e

na falácia que as soluções ou saídas para o problema do desemprego está no passe de mágica do empreendedorismo individual.

Consideramos que mesmo diante de uma conjuntura receosa do desemprego estrutural, estes jovens minimamente conseguem superar parcialmente a alienação do trabalho (Mészáros, 2002) o que pode ser visto no controle do produto e do processo de fabricação de pães, no ritmo do trabalho, no layout produtivo, na dispersão das máquinas, nos momentos de cafezinhos e reuniões contínuas, esboçando a experimentação da autogestão. No entanto apoiamos em Novaes (2011) quando apresenta um problema sinalizado nesta tipologia de empreendimentos associativos: “a ausência de um questionamento a propriedade dos meios de produção com um todo, assim a propriedade cooperativista não passa de uma célula marginal no sociometabolismo do capital”.

O que esta iniciativa de Economia Solidária vem se revelando, e o que vamos expor no decorrer deste artigo em linhas gerais, é sobre a necessidade da participação massiva dos atores sociais na construção de um modelo de desenvolvimento, e que este seja sob o controle dos trabalhadores, propondo assim a “participação ativa na sociedade, assembleias de bairro, parlamento, etc”.

Neste sentido, a partir desta experiência da padaria comunitária, os jovens construíram o Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC) e a Rádio Comunitária Voz Popular, e em parceria com a Incubes, iniciou-se um processo de assessoria técnica a estes ESS. Durante este processo percebeu-se a imensa dificuldade dos EES a acessarem crédito, tanto quanto dinamizar outras iniciativas econômicas na comunidade São Rafael, assim desde 2011 iniciou-se a discussão sobre uma estratégia de territorial na comunidade, que seja indutora de processos de organização comunitária e fortaleça as iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito local, partindo de “uma interação de diferentes atores sociais e variáveis que enfatizem a cooperação no processo de desenvolvimento”. Para Abramavay (2000) estes territórios são capazes de oferecer oportunidades de inovação organizacional que estimula a “montagens das “redes”, das “convenções”, em suma das instituições que permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação – capazes de enriquecer o tecido social de certa localidade”. (2000, p. 380).

Como elemento desencadeador desta estratégia de desenvolvimento territorial, apostaram mutuamente Incubes e Atores Sociais da Comunidade São Rafael, na implementação e fortalecimento de redes de economia solidária, caracterizadas por um conjunto de iniciativas de naturezas diversas, que presentes no território, recortado nas suas múltiplas escalas - região, município, bairro ou comunidade, buscam o desenvolvimento sustentável. Nelas (as redes) estão presentes experiências associativistas, cooperativistas e ainda outras de caráter coletivo-informais, desde aquelas que mantêm relações mais permanentes com o mercado, passando por outras que se articulam às políticas públicas do Estado, até aquelas que constituem circuitos mais autônomos de troca. Em geral tais experiências tendem a combinar essas diferentes lógicas (FRANÇA FILHO e CUNHA, 2009).

No tocante a experiência de redes de economia solidária na Comunidade São Rafael destaca-se a presença de iniciativas de finanças solidárias, sendo o banco comunitário de desenvolvimento Jardim Botânico, elemento desencadeador para entendermos que era necessário um olhar do desenvolvimento não apenas para os EES e de alguns indivíduos, e sim a necessidade do desenvolvimento do território de forma totalizante e conseqüentemente a construção de redes de produção e consumo endógenos. Portanto o assessoramento técnico a EES deve envolver estratégias e atores locais externos, partilhando da análise de Sígolo que as relações sociais nos leva a pensar o desenvolvimento como tendo um duplo aspecto, quantitativo e qualitativo, que referem ao acesso e bens materiais e culturais de cada uma das pessoas da localidade que se desenvolve, e a alteração qualitativa das relações sociais, que pode inclusive modificar a forma como se tem acesso à aqueles bens, ou mesmo quais deles se deseja.

### 3.1 – Características gerais da experiência do BCD Jardim Botânico

O início da implantação do banco comunitário na comunidade São Rafael, foi importante o fortalecimento da instituição ancora no território, que se apropriou da metodologia da rede e deu continuidade e as ações previstas, que foi o CPCC (Centro Popular de Cultura e Comunicação).

O ponto de partida para a mobilização e sensibilização dos moradores em torno do banco comunitário foi a “seção de filmes na rua” organizada pelo CPCC com a apresentação de vídeos das mais variadas experiências de outros bancos comunitários no Brasil. A partir daí começou os questionamentos dos moradores, principalmente sobre o que iria mudar ou melhorar na vida deles com a implantação dos bancos comunitários?

Para responder a essas perguntas, além das reuniões abertas com a comunidade realizadas até a inauguração, inclusive em diversas ocasiões com oficinas coordenadas pelos formadores da ITES-BAHIA. O CPCC também utilizou a rádio comunitária como instrumento eficaz de informação dos encaminhamentos do banco comunitário do bairro São Rafael, além da panfletagem que os próprios fizeram respondendo objetivamente o que seria o banco comunitário e que vantagens ele traria para a comunidade. De acordo com Daniel Pereira Santos, uma das lideranças da comunidade, durante uma transmissão da Rádio Voz Popular

“Pessoal, quando vocês vão para outro bairro da capital para receber (bolsas de família, aposentaria, etc), ou pagarem suas contas, além de pagar R\$ 4,40 de passagem de ônibus, na maioria das vezes o nosso consumo é fora da comunidade, precisamos reverter isso. Aqui temos produtores, comerciantes e serviços. Se não temos podemos construir e fortalecê-lo. Portanto, o banco comunitário fornece serviços bancários na nossa comunidade, um banco que é nosso, gerido por nós, onde desde os trabalhadores do banco até as políticas de crédito e avaliação de crédito serão decididos por nós”.

Um momento importantíssimo na continuidade do processo de implantação foi à questão do espaço físico que iria comportar o banco comunitário, na comunidade São Rafael. Após algumas reuniões em Fevereiro de 2012 o CPCC e os parceiros decidiram efetuar a compra do imóvel na rua central da comunidade, o que foi denominado de Núcleo de Desenvolvimento Comunitário. A estratégia utilizada foi a de que o imóvel comportasse tanto o banco comunitário, quanto a padaria comunitária e a rádio comunitária, sendo um grande avanço para as dinâmicas de fortalecimento local. Ainda a compra do imóvel colocou em prática a própria autogestão no que diz respeito a sua compra, pois as suas parcelas serão quitadas através de um “fundo” por eles criado. Esse fundo será abastecido com, pelo menos, de R\$ 360,00 por mês, sendo proveniente de várias bolsas/contratos de integrantes dos mais diversos projetos que estão inseridos na comunidade São Rafael. Essa forma revela a concretude da experimentação da autogestão, na medida em que os recursos são geridos coletivamente pelos próprios moradores, sendo de fato uma dinâmica democrática de caráter pedagógico e político.

A fase de implantação do banco comunitário foi em ritmo demandado pela comunidade, a importância da apropriação real da metodologia da rede brasileira de BCD foi fundamental neste processo inicial. Em meados de 2012, após diversas formações sobre as temáticas da Economia Solidária e das Finanças Solidárias, os trabalhadores/as que iriam atuar no banco comunitário e os bolsistas da incubes realizaram o mapeamento dos produtores, comerciantes, serviços que já existem no território e iniciaram o mapeamento de consumo, trazendo indicadores de possíveis empreendimentos viáveis a serem inaugurados na comunidade. Um fato importante é que nos mais de 30 empreendimentos mapeados, e também nas constantes participações dos moradores nas reuniões, revelava-se o entusiasmo da aceitação e implantação do banco comunitário, em especial a inserção dos

moradores ao sistema financeiro, e por ele ser gerido pela própria comunidade, fortalecendo cada vez mais os laços identitários e a pauta pelo desenvolvimento endógeno.

O banco comunitário de desenvolvimento Jardim Botânico foi inaugurado dia 17 de Abril de 2013. Este foi o segundo BCD da Paraíba, e é fruto do projeto que a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) vem executando no campo das Finanças Solidárias, o projeto de fortalecimento e implantação de bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil, reforço o papel das políticas públicas na emancipação e sustentabilidade das diferentes formas de organização e setores econômicos que atuam sob os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade. Este processo de implementação do BCD, teve a INCUBES-UFPB como replicadora da metodologia na Paraíba em parceria institucional com a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Bahia – ITES/UFBA, que atualmente é uma das instituições executoras do projeto da SENAES/MTE na temática do desenvolvimento da Rede Nordeste de Bancos Comunitários.

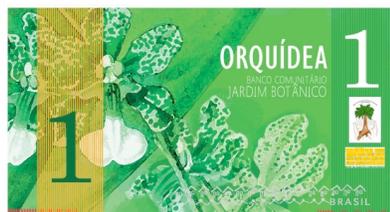
De forma geral, o BCD Jardim Botânico atua em quatro frentes de ação, que formam um sistema integrado de crédito, produção, consumo e comércio.

- ✓ Gerenciamento da moeda social (orquídea- O\$) que circula e é aceito nos comerciantes apenas na comunidade São Rafael;
- ✓ Concessão de microcrédito em orquídea apenas para financiar consumo. Atualmente pela fragilidade do fundo de crédito, o BCD ainda não disponibiliza linhas de crédito para produção;
- ✓ Correspondente Bancário da Caixa Econômica Federal;
- ✓ Assessoria e levantamento das necessidades dos EES e de empreendedores individuais, a partir da criação do Colaboratório Contábil;

Em linhas gerais, a estratégia do BCD Jardim Botânico articula a “construção de oferta e demanda em torno das necessidades reais da população que o assiste, onde a mobilização endógena do território é apontada como fator determinante para o surgimento de iniciativas de bancos comunitários” (Silva Júnior, 2007). Para Abramavoy e Junqueira (2005) estes mecanismos de finanças solidárias diminuem as taxas de juros e o índice de inadimplência por meio de um monitoramento invisível efetivo.

Apontamos que o BCD Jardim Botânico, assim como as iniciativas de bancos comunitários, vai muito além do ato da inserção ao sistema financeiro e da concessão do microcrédito, podendo ser perceptível no empoderamento dos moradores, no fortalecimento e atuação do CPCC, despertando a sensibilidade e resgate dos laços de solidariedade e organização comunitária “colaboração enquanto estratégia de um modelo de desenvolvimento junto e sustentável” (Melo Neto, 2008).

O BCD Jardim Botânico vem contribuindo não apenas para aumentar o consumo e a circulação de riqueza na comunidade, mas também vem elevando a autoestima dos moradores. Nos apoiamos em Silva Junior(2007) que o banco comunitário vem restaurando os laços e vínculos sociais seriamente degradados pelas condições de vida mais geral das pessoas nos bairros populares, mediante um novo tipo de relação com o dinheiro e de organização da vida econômica local. Por meio desta postura estas experiências tem como contribuir para o desenvolvimento socioeconômico destes territórios.



### 3.2 - O olhar da Incubes em relação a experiência atual de BCDS

A INCUBES acredita que os seguintes eixos: - Incubação Territorial, com o instrumento dos Bancos Comunitários e Moedas Sociais; - Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários, com a perspectiva de articulação em rede e conformação de cadeias produtivas; - Pesquisa, Educação, formação e qualificação social e profissional em economia solidária; - Articulação de políticas públicas no plano territorial; - Articulação com os movimentos sociais; vem contribuindo metodologicamente com às atividades endógenas sustentáveis na Comunidade São Rafael.

Verificamos que as dinâmicas locais (articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais), apoiados em ferramentas que visam promover a geração e ampliação de renda a partir das iniciativas das próprias comunidades, torna-se um imenso processo de experimentação e autoeducação sobre os caminhos possíveis para seu desenvolvimento e que determinam, em algum medida, o potencial criativo e organizativo de controle social aos moradores da sua própria comunidade. Enquanto vetores gerais, ou dimensões estruturantes do fenômeno dos bancos comunitários, podemos já arriscar os seguintes: - a organização comunitária; - a presença de apoios institucionais (parceiros locais); - a existência de outras iniciativas econômico solidárias no território; - a presença de políticas públicas no bairro, como o apoio ou não da prefeitura e do governo estadual; - o perfil da liderança comunitária; a conjuntura política do bairro (existência ou não de processos de urbanização, regularização fundiária etc.). Esses são apenas alguns elementos que já conseguimos identificar no caminho do processo que estamos trilhando. Em função do desenrolar dos acontecimentos na comunidade São Rafael, e o acompanhamento do Banco Comunitário em seu funcionamento, trazemos novas reflexões sobre a importância da estratégia territorial articulada com as finanças solidárias para o desenvolvimento de novas dinâmicas emancipatórias, materializadoras de uma outra economia, justa e solidária.

#### Considerações Finais

Concluimos que medir a eficiência do Banco Comunitário Jardim Botânico vai muito além do espectro econômico, e os valores de resgate cultural, social, político e o cuidado com o ambiente, são fatores que ainda a contabilidade tradicional não é capaz de mensurar.

O desenvolvimento territorial a partir das finanças solidárias é uma aposta que permite a apropriação efetiva das capacidades endógenas para um desenvolvimento participativo, promovendo que as poupanças de uns se transformem no aumento de produtividade de todos a partir dos BCD's. "Inúmeras experiências tem mostrado que o interesse individual das pessoas pelo progresso funciona efetivamente quando ancorado no desenvolvimento integrado do território" (Dowbor, 2011).

Elencamos a partir dos estudos de Dowbor, alguns apontamentos que merecem ser refletidos com mais ênfase na construção de desenvolvimento territorial em áreas empobrecidas, e o quanto o Banco Comunitário de Desenvolvimento possibilita chegarmos a esta utopia.

- ✓ Racionalizar os Sistemas de Intermediação Financeira – segundo os estudos em especial sob a última crise financeira está evidente a necessidade de se reduzir a capacidade das corporações privadas ditarem as regras do jogo, em especial as agências financeiras;
- ✓ Assegurar o Direito de Ganhar a Vida- que enfatiza que cada trabalhador deveria ter acesso ao trabalho, partindo do pilar teórico que os territórios possuem recursos e conhecimentos técnicos e organizacionais para assegurar o acesso a um trabalho decente e socialmente útil;
- ✓ Reduzir a Jornada de Trabalho- A partir dos estudos do IPEA que enfatiza que no Brasil temos 100 milhões de pessoas na população economicamente ativa, com apenas 50% de assalariados e 50 % da população que se "vira pra viver". O que é perceptível no território com a redução da

jornada de trabalho na padaria comunitária, os jovens utilizam melhor o seu tempo livre, tendo acesso a educação, aproveitar os espaços de lazer, cultura, esportes, etc.

- ✓ Facilitar o acesso a conhecimentos e às tecnologias sustentáveis- É necessário que a população possam se apropriar dos espaços sócio-digitais, permitindo o acesso a informação necessária, pois entendemos que a inclusão digital generalizada é um destravador potente do conjunto de processos de mudança que hoje se torna indispensável. Um exemplo é a construção de um espaço de inclusão digital no Núcleo de Desenvolvimento Comunitário da comunidade São Rafael, permitindo esta inserção;
- ✓ Fortalecer a Cultura local – A partir do BCD Jardim Botânico vem se criando um ponto de cultura no território, possibilitando que os jovens e adultos possam aprender outras profissões, tanto quanto dinamizar a cultura local;
- ✓ Democratizar a Comunicação- A comunicação é uma das áreas que se expandiu em termos de peso relativo nas transformações da sociedade. A indústria da comunicação, suas mensagens subliminares em grande maioria dinamizam o consumismo, o elitismo, como segredo para o sucesso. Neste sentido pensando em fortalecer a mídia alternativa, o fortalecimento da Rádio Comunitária Voz Popular apresenta-se como instrumento propagador de introduzir uma nova cultura, outras visões de mundo, uma cultura diversificada e não setorizada, tendo o pluralismo da informação em vez de fundamentalismo religioso ou comercial;

## Bibliografia

Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade. Fortaleza/CE: Instituto Palmas, 2006.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, abr./jun. 2000.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp,

Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade. Fortaleza/CE: Instituto Palmas, 2006.

DAGNINO, R. P. *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

FARIA, M. S. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Florianópolis: UFSC, 2005. [Tese de Doutorado em Sociologia Política]

FRANÇA FILHO, G. e SILVA JUNIOR, J. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In.: *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009..

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004 Karl Polanyi, *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980. Tradução de Fanny Wrobel

MELO NETO, J. J e MAGALHÃES ,S. *Bairros Pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas, ponto a ponto*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

MELO NETO, J.F. de. O trabalho: sua centralidade no mundo contemporâneo. *PRINCÍPIA (CEFET/PB)*, João Pessoa, v. 1, n. 10, p. 5-10, 2003.

*Novos Paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras / Organizadores Leandro Moraes e Adriano Borges – São Paulo: Instituto Pólis, 2010. pp. 249-341.*

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século XX*. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, P. Finanças Solidárias e Moeda Social. In.: Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes autores. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. pp.69-78.

Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade / Aldalice Otterloo [et.al.] - Brasília/DF: s.n, 2009.

Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: a contribuições da RTS para a formulação de uma política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010. 98 p.

---

<sup>i</sup> - Empreendimentos econômicos solidários são aqui entendidos como organizações que atuam coletivamente na produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, cujas atividades são realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma de autogestão, cooperação e propriedade coletiva dos meios de produção. Ver, a esse respeito, Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2005. Brasília, MTE, SENAES, 2006.

<sup>ii</sup> - Sobre a noção de tecnologias sociais, ver: DAGNINO, R. P. **Tecnologia Social**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.